

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.419 - SP (2019/0132617-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : HOLDON JOSÉ JUACABA - SP076439
AGRAVADO : LAURA CRISTINA DE ARAUJO
ADVOGADOS : CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA BRANCO - SP211907
FÁBIO PETRÔNIO TEIXEIRA - SP320433

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - ITBI - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Discussão acerca da correta base de cálculo do referido imposto - Majoração indevida por meio de decretos da base de cálculo fixada na Lei Municipal nº 11.154/91 - Base de cálculo que deve corresponder ao valor venal do imóvel ou ao valor da transação prevalecendo o que for maior - Ilegalidade da apuração do valor venal com base no valor de referência - Inconstitucionalidade dos artigos 7º-A e 7º-B da Lei Municipal nº 11.154/1991 reconhecida pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal, os quais permitem a estimativa prévia e unilateral do valor e invertem a ordem do artigo 148 do CTN - Manutenção da r. sentença de primeiro grau que se impõe - Recursos *ex officio* e voluntário desprovidos (fls. 196).

Alega violação do art. 38 do Código Tributário Nacional, no que concerne à base de cálculo do ITBI, trazendo os seguintes argumentos:

Embora a base de cálculo do IPTU e a base de cálculo do ITBI sejam a mesma, isto é, o valor venal do imóvel, não se pode perder de vista que cada qual possui um regime jurídico próprio.

Pacificado que o adequado conceito do que vem a ser valor venal e que aquele adotado para fins de IPTU não precisa necessariamente coincidir com aquele encontrado para pagamento do ITBI, mesmo porque os fatos geradores de cada qual, ocorrem em momentos distintos.

[...]

A Administração disponibiliza ao contribuinte, desde logo, com base em elementos objetivos e concretos existentes em seus cadastros, qual o valor venal corretamente estimado no momento; mediante possibilidade de avaliação especial, caso discorde o interessado do referido valor.

O procedimento adotado pelo Fisco encontra total amparo na lei e não configura aumento ilegal do imposto por majoração de sua base de cálculo (fls. 207/210).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, incide, na espécie, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ” (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 25/09/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 13/02/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 1.316.610/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 06/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente